

PESCA DE HOMEM/PEIXE
DE MULHER (?):
REPENSANDO GÊNERO
NA LITERATURA
ACADÊMICA SOBRE
COMUNIDADES
PESQUEIRAS NO BRASIL

Maria Angelica Motta-Maués

Este trabalho considera parte representativa da produção acadêmica com enfoque antropológico constante de estudos (teses, livros, artigos) elaborados sobretudo nas décadas de 70 e 80 – período que retrata o surgimento, desenvolvimento e as mudanças de rumo dos estudos sobre mulher e gênero –, resultantes de pesquisas de campo em comunidades de pesca no Brasil, mais especialmente na Amazônia, espaço historicamente marcado por essa atividade. Tendo em conta o diálogo existente ao longo do tempo focalizado, que sinaliza diferenças de percepção e interpretação da questão dos papéis sociais de gênero cruzadas com aquelas sobre pesca e pescadores, é possível também “ler” a trajetória do próprio debate sobre o tema, que só um domínio tão enfaticamente visto como masculino como a pesca poderia proporcionar.

De Itapuá a Lisboa: entre mulheres, pescas, gêneros e Antropologia

A longa viagem que me trouxe até esta reunião na verdade teve início há muitos anos atrás, quando comecei a percorrer as estradas, os furos, os rios e os igarapés que me levaram a Itapuá, a pequena vila de pescadores pertencente ao município de Vigia, na microrregião homogênea do Salgado paraense, onde, com a ajuda inestimável das mulheres (principalmente) mas também dos homens – e, muitas vezes, das meninas e meninos – daquele belo lugar da Amazônia, realizei uma etapa importante de minha iniciação na Antropologia. Como não ia estudar algo relacionado à pesca, especificamente, mas sim o *status* das mulheres (e, implicitamente, dos homens, dizia em meu projeto), e as representações sobre e os papéis atribuídos aos sexos, poderia não ter ido para uma sociedade de pescadores. Mas fui, por várias e ponderadas razões, para um tradicional reduto da pesca chamada artesanal de meu Estado. Sem ter sido por mero acaso, a escolha decidiu, vinte anos atrás, este nosso encontro.

Se a sorte (ou algum bom fado) ajudou para vir de Itapuá, através de Belém, até esta “Lisboa, bela cidade” – como reza a letra de um fado que aprendi na minha infância –, a interferência concreta para isso, tem nome(s): Jane Beltrão, colega antropóloga da Universidade Federal do Pará, que divulgou, sem que eu mesma soubesse, como é bem de seu feitio, o livro que resultou do estudo feito na Vigia (Motta-Maués 1993); Luís Martins, que o leu, e João Leal, organizador deste Colóquio, que convidou-me a participar do mesmo e cujo generoso convite relutei bastante em aceitar, por não ser especialista no tema nem estar trabalhando efetivamente, há um bom tempo,

com comunidades pesqueiras. Na comunicação cordial que se estabeleceu a partir daí, acabei não só aceitando o convite mas, para isso, pelo menos percebendo que, apesar do que pensava de início, não tinha me distanciado realmente quer da temática, quer do mundo social onde começara a estudá-la. Na verdade, seja mais de perto ou à distância das “trabalhadeiras” e dos “camarados”¹ – com quem aprendi sobre mulheres, pescas, rituais da vida e da morte, percepções, conceitos e preceitos reguladores da vida social, hábitos e crenças de comida e, mais intensamente, sobre formas de perceber e definir homens e mulheres, seus papéis e suas relações que ao mesmo tempo informam e são informadas pelo binômio simbolismo/ritualização – não tenho deixado de refletir, de discutir e de dizer várias coisas sobre os temas que estudei a partir dos registros feitos desde há mais de vinte anos. Retomo aqui os passos dessa viagem.

O convite acabou por me fazer arrumar na memória e, assim, considerar um percurso intelectual que tem tido como referência as mulheres, as pescas, os pescadores da Vigia, de Itapuá. Mesmo que outros caminhos me fizessem encontrar também outros personagens tornados nele, talvez, hoje mais nítidos².

Daquele percurso fazem parte análises que, mesmo focalizando diferentes aspectos da vida social entre os itapuaenses, têm sempre como foco principal as representações sobre os sexos, fortemente imbricadas àquelas sobre a divisão hierarquicamente valorativa do trabalho no mar – exclusivamente masculino – e na terra – preferencialmente feminino (cf. Motta-Maués 1980, 1984, 1993, 1994a, 1994b). Animada com a perspectiva de continuar o percurso, propus como tema de meu trabalho a discussão de algumas questões que algumas estudiosas da questão da mulher – ou, como se passou a dizer, das “relações de gênero” – têm marcadamente colocado. Trago aqui, para o debate, mais do que reflexões assentadas, minhas dúvidas e inquietações, que já vão expressas no título que dei a minha comunicação e que espero poder explicar com meu texto.

Pesca de homem/Peixe de mulher (?) – o debate, a proposta, os ventos contrários à viagem

Seguindo uma tendência que se observa no plano internacional, as pesquisas sobre mulher no Brasil apresentam um crescimento somente a partir dos anos

¹ “Trabalhadeiras” e “camarados” são as denominações que se dá em Itapuá (e na região do Salgado), respectivamente, às mulheres que trabalham na agricultura, nas roças de mandioca, e aos homens que trabalham como tripulantes nas embarcações de pesca.

² Desde meados dos anos 80 tenho me dedicado mais detidamente ao estudo da questão racial da população de origem africana no Brasil (Motta-Maués 1997).

70, fato esse que é atribuído à influência dos movimentos feministas numa espécie de relação de *feedback* com as pesquisas acadêmicas, o que teria orientado também, desde o início dos oitenta, a pretensa mudança da ótica das análises – da questão da mulher para a questão das relações de gênero.

Tendo isso em vista, a idéia deste trabalho era considerar a produção acadêmica traduzida, para esse efeito, nas dissertações e teses apresentadas nas décadas de 70 e 80 – período que retrata o surgimento, desenvolvimento e as mudanças de rumo dos estudos sobre mulher e gênero – que, tomando essas questões como problema construído para investigação e análise, tivessem tido, como *locus* da pesquisa, comunidades de pesca no Brasil; mais especialmente na Amazônia, espaço historicamente marcado por essa atividade.

Sendo a pesca (na sua definição êmica), no país, atividade tradicionalmente exercida pelos homens e, mais do que isso, sempre pensada (pelos próprios membros das comunidades pesqueiras) como um domínio essencialmente masculino, pensava eu que o exame das orientações e dos enfoques das pesquisas sobre mulher e/ou relações de gênero, em comunidades pesqueiras, poderia ser, assim, altamente proveitoso, dado o contraponto entre um modelo social e ideologicamente atualizado e a crítica política e teórica ao mesmo, que poderia aparecer retratada nesses estudos.

Desse modo, e tendo em conta a possibilidade de identificação, ao longo do tempo focalizado, de um diálogo que sinalizaria diferenças de percepção e interpretação a respeito da construção dos papéis sociais de gênero, cruzadas com as representações “nativas” sobre pesca e pescadores, seria possível também “ler”, nas críticas que aparecem mais recentemente às leituras ditas enviesadas ou equivocadas sobre o tema, a trajetória do próprio debate sobre mulher e gênero, que só um domínio tão enfaticamente visto como masculino, como a pesca, poderia proporcionar. E desse modo, achava (acho) eu, iluminar o próprio entendimento das comunidades que têm essa atividade como referência maior da vida social.

Para situar o leitor, devo adiantar que a menção à crítica das análises refere-se à idéia da “invisibilização” da mulher de modo geral, e daquela que vive em sociedades pesqueiras, de modo especial, colocada em pauta pelas críticas, não só em relação à sociedade, mas, particularmente, aos que estudam a questão. Para o que nos interessa mais de perto aqui, isto dar-se-ia a partir da consideração (rígida) e do reforço do “modelo bipolar de divisão sócio-espacial e do trabalho”, e, mais do que isso, da pretensa “generalização” do mesmo “a partir da análise de uma realidade particular” (Alencar 1993: 66). Nas palavras dessa autora referida:

Este modelo bipolar da divisão sócio-espacial e do trabalho recorrente nas etnografias tem sido característico da visão intelectual da tradição pesqueira. Em alguns casos, aparece de forma rígida, principalmente porque reforça as

distinções das atividades de acordo com os espaços e com o gênero que as realiza³. (...) Assim, muito da “invisibilidade” da mulher em atividades de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo (Alencar 1993: 66).

Destarte, saí então com minha idéia e minha proposta em busca da produção acadêmica sobre mulher e gênero nas sociedades pesqueiras, entre os anos 70 e 80.

Devo logo dizer que a busca e o levantamento que consegui realizar, dadas a natureza do trabalho e as condições de sua elaboração, longe estão de ser completos (de ter ido a todas as principais fontes), e muito menos exaustivos (de conter todos, ou a maioria dos títulos existentes). O que consegui juntar ficou uma espécie de balanço parcial, mais representativo no que toca aos estudos realizados entre populações da Amazônia, de acordo com a ênfase dada, aliás, já na proposta inicial deste trabalho.

Para fazê-lo, além da pesquisa em bibliotecas locais, vali-me de outros “balanços” feitos anteriormente, por outros pesquisadores dedicados aos estudos sobre pesca e/ou em sociedades pesqueiras (Laraia 1994, Furtado 1993, Diegues 1983, Maneschy 1993, Leitão 1997).

De outro modo, e tendo em vista o (limitado) material que estava reunindo, procurei também por registros da mesma literatura agora referentes à questão da mulher e/ou gênero (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn 1981, Costa e Bruschini 1989 e 1992, Bruschini e Rosemberg 1982, Bruschini 1990, Woortmann, Sydenstricker-Neto e Sawyer 1994). Neste caso, procurava particularmente pelo registro de trabalhos dedicados ao estudo dessas questões, nas chamadas comunidades pesqueiras. Utilizei também como fonte os catálogos de teses da Associação Brasileira de Antropologia, de 1990 e 1993, os quais cobrem um período que vai de 1945 a 1993, contendo resumos e outros dados, como local, data, palavras-chave, dos trabalhos referidos até aquele ano. A outra fonte importante para o levantamento foram as referências bibliográficas constantes das próprias teses consultadas, desde a primeira registrada (1975), para o período considerado neste trabalho, até as mais recentes (1988 e 1989), o que certamente garante a acuidade e exaustividade do próprio registro, bem como – tratando-se de trabalhos que são também dissertações de mestrado ou teses de doutorado – nos dá a medida do próprio debate naquela área.

Dessa busca que empreendi obtive como resultado a constatação de que, salvo engano, que deve ser aqui debitado à não possibilidade de um levantamento exaustivo dos trabalhos (coisa que, aliás, fiquei motivada

³ Como exemplos da “forma rígida” Alencar refere em uma nota os “trabalhos de Peirano (1975), Motta-Maués (1977) e Gonzaga (1980)” (Alencar 1993: 66). O trabalho de Gonzaga, que desconheço, não está referido na bibliografia de Alencar.

a fazer), a questão da mulher e das relações de gênero, com raríssimas exceções⁴, não tem sido contemplada como tema de estudo na produção acadêmica brasileira na forma aqui considerada, qual seja, dissertações e teses desenvolvidas em comunidades pesqueiras. E isto constitui certamente um dado importante e instigante, no que concerne à reflexão e à discussão que desejo fazer neste trabalho. Neste sentido, o significado dessa “exclusão” da mulher como tema de “estudo” em sociedades ditas “pesqueiras” deve ser algo “bom para pensar” no contexto da discussão sobre a “invisibilização” da mulher que mencionei antes.

Mas, antes disso, para meu propósito particular, esse dado significou uma espécie de reorientação da sua tônica. Se não dispunha, no elenco reunido, de estudos acadêmicos (dissertações e teses), com aquele tema específico – ou, obviamente, variações em torno dele –, o que proporcionaria maior quantidade de informações e daí uma análise mais rica, dispus-me a “descobrir”, nos textos, o lugar, o tipo e a forma do registro sobre a presença da mulher e sobre os papéis sociais de gênero, tomando esse registro como o material etnográfico de referência.

O que apresento a seguir está dividido em três partes. Na primeira, mostro, brevemente, a situação da Antropologia brasileira no tocante à atenção dada ao estudo de sociedades que constroem sua identidade a partir da atividade econômica da pesca. Privilegio, nesse “mapa”, o recorte temporal feito no trabalho. Na segunda, objetivando encaminhar algumas questões pontuadas antes, trato da “trajetória” do debate sobre a questão da mulher como tem sido traduzida pelos antropólogos (na maior parte, antropólogas) brasileiros, numa espécie de diálogo ou contraponto com o feminismo, para situar nesse contexto o perfil da produção acadêmica que identifiquei para este trabalho.

Para isso, exploro, na terceira parte, que finaliza o texto, o curso sinuoso da questão de gênero – até se constituir com este estatuto – na forma como o considero aqui em relação à tradução identificada entre nós nos anos noventa, da crítica à invisibilização da mulher, dirigida, por alguns autores, especificamente aos estudos feitos em comunidades pesqueiras. Para pontuar minha discussão, recorro a etnografias referidas neste trabalho, para dizer afinal – na forma como posso (pude) perceber as questões – o que consegui pensar e o que posso dizer provisoriamente, ao menos, sobre elas. Minha intenção é, assim, retomar, nesta última parte, questões indicadas nas anteriores.

⁴ Embora de minhas referências para os anos de 70 e 80 conste apenas um estudo (Motta-Maués 1977/1993) quero crer que ele não seja o único. No entanto, em revisões ou referências bibliográficas recentes (anos 90), constantes de estudos sobre a mulher e gênero, não vi alterado este quadro (cf. Woortmann *et al.* 1994, Alencar 1993). Sei porém, apesar de não ter tido acesso ao mesmo, de um estudo mais recente sobre mulheres em comunidades pesqueiras (Alencar 1991).

Antropologia e sociedades pesqueiras no Brasil

O mais recente estudo antropológico que conheço sobre uma comunidade pesqueira do Pará (Leitão 1997)⁵, trata do contraste entre a importância social da pesca na região Amazônica – cujas comunidades pesqueiras, segundo a autora, “representavam cerca de 20% do (seu) contingente populacional”, calculando-se para o Estado do Pará “um total de aproximadamente 200.000 pescadores” – e o desconhecimento, descrédito, em relação ao pescador. Neste sentido, Leitão mostra a ausência de participação do pescador no cenário da discussão das políticas ou dos ganhos advindos das ações implementadas no setor. Estendendo as observações para o Brasil todo, a autora afirma que:

A ausência do trabalhador da pesca no cenário da discussão das políticas que deveriam apoiar a produção pesqueira reflete-se na própria *invisibilidade* desses trabalhadores como profissionais e cidadãos, ou pelo menos aponta para as muitas dificuldades que encontram para ser enxergados (Leitão 1997: 7, grifo meu).

Há quase quinze anos, na introdução de seu referencial estudo sobre a questão da pesca no Brasil, Diegues, falando do caso brasileiro, das transformações por que passara aquela atividade com a política de criação da pesca empresarial (no final dos anos 60), e das “migalhas” recebidas pelos “pequenos pescadores”, diz que o trabalho objetiva: “(...) estudar as transformações ocorridas num *setor esquecido* da divisão social da produção: a pesca enquanto captura de recursos marinhos” (Diegues 1983: 3).

Juntei aqui estas duas observações para falar da Antropologia e para começar a pensar no jogo das invisibilidades – dos homens pescadores, das mulheres em comunidades de pesca –, o qual, num caso (dos homens), se dá *de fora para dentro*, no nível mais formal e público do Estado e do capital, atingindo, através deles, as mulheres. Noutra caso (das mulheres), existe *desde dentro*, no nível interno da hierarquia entre os gêneros, mas se dá também de fora para dentro, atingindo as mulheres em consonância, ou numa relação de homologia com a distinção hierárquica interna que sobrepõe os homens às mulheres. E esta sobreposição se daria, segundo observações de alguns autores, exatamente pela mão dos estudiosos das sociedades pesqueiras.

É importante notar aqui uma espécie de inversão que ocorre no caso do discurso acadêmico. Se o discurso oficial, exterior à sociedade pesqueira, invisibiliza, não enxerga, esquece o “pescador”, o que ocorre verdadei-

⁵ Trata-se de dissertação de mestrado cuja autora possui experiência mais ampla de estudo e discussão, em instituições brasileiras e estrangeiras, relativos à atividade da pesca e aos trabalhadores desse setor, particularmente no tocante às políticas públicas voltadas para aquela atividade.

ramente no discurso acadêmico (também público e externo) se dá o contrário – a visibilidade é a regra.

Invisibilidade, quase “esquecimento”, marcou também no Brasil⁶ a relação tardia entre a Antropologia e as sociedades pesqueiras. É o que transparece na trajetória dos estudos antropológicos sobre essas sociedades traçada por Laraia (1994) na apresentação de um livro sobre pescadores (Maldonado 1994). Diz este autor que, como sabemos, desde meados deste século a Antropologia brasileira deixou de estudar exclusivamente sociedades consideradas “exóticas”, como as indígenas, passando a fazê-lo em “segmentos de nossa própria sociedade”. No contexto dessa mudança de orientação, se o campesinato foi privilegiado com “uma forte linha de pesquisa”, Laraia diz que “um segmento, contudo, não mereceu a mesma atenção, trata-se daquele dedicado à atividade econômica da pesca” (Laraia 1994: 9).

Nos anos 50 e 60, o autor contabiliza apenas dois trabalhos, um em cada década: na primeira, o de Gioconda Mussolini com os “caiçaras”, pescadores do litoral paulista e, na segunda, o de Alcida Rita Ramos – sua tese de mestrado sobre pescadores portugueses originários de Póvoa de Varzim, que atuavam no litoral do Rio de Janeiro.

Os anos 70, diz Laraia, “foram mais pródigos”, aliás o que já observara Diegues (1989, *apud* Maneschy 1993), referindo-se ao número maior de estudos e ao interesse em relacionar a situação local ao contexto nacional. De um estudo passa-se a mais de uma dezena, todos dissertações de mestrado, o que certamente sinaliza para uma equação entre o aumento da produção acadêmica e a abertura e consolidação dos cursos de pós-graduação *strictu-sensu* na área de Antropologia. Não é demais lembrar que na década de 60 tínhamos apenas os cursos da Universidade de São Paulo (USP) e do Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Universidade de Brasília (UnB) tivera seu curso de mestrado em Antropologia inviabilizado, em 1965, pela intervenção e pelo expurgo de seus quadros pela ditadura militar, só tendo retomado a mesma rota no início dos anos 70. É, justamente, uma parte da “safra” desses mestrados que se traduzia nos estudos sobre comunidades pesqueiras mencionados por Laraia.

Desse modo, nos anos 70 e, de forma crescente, até seu final, temos vários estudos, todos dissertações de mestrado resultantes de pesquisas nessas comunidades (Peirano 1975, Tavares 1975, Maranhão 1975, Maués 1977/1990, Motta-Maués 1977/1993, Pessanha 1977, Duarte 1978, Carvalho 1983, Carneiro 1979). Além destes, entre 1972 e 1974, um pesquisador

⁶ Mas não só. Lembro que a referência mais importante, para os que estudam pesca no Brasil, é o trabalho de Raymond Firth, que data dos anos quarenta deste século (Firth 1966).

brasileiro estudou os pescadores americanos de uma pequena comunidade da Flórida (Zarur 1984)⁷.

Para os anos 80, que a resenha de Laraia não contempla com referências, temos, além de mais dissertações de mestrado (Furtado 1980, Lago 1983, Loureiro 1985, Penner 1984, Mello 1985, Córdova 1986, Silva 1988, Maneschy 1995, Britto 1989, entre outras), também teses de doutorado (Diegues 1983, Bonin 1984, Furtado 1993).

Do elenco referido, e ainda que o levantamento bibliográfico não pretenda ter sido de forma alguma completo, na consideração de Laraia “fica evidente a precariedade entre nós de publicações antropológicas sobre a pesca e os pescadores” (Laraia 1994: 10).

Além da observação desse autor diante do quadro (reduzido) de trabalhos sobre o tema, o que parece nos remeter de novo à condição de “invisibilidade”, “esquecimento”, já mencionada aqui, alguns outros elementos também ressaltam desse quadro.

Um desses dados a considerar, nessa lista de estudos, é que, dos mais de vinte antropólogos que escreveram suas dissertações de mestrado pesquisando em comunidades pesqueiras – entre os quais dez deles estudando especificamente a atividade da pesca, nos seus vários aspectos –, apenas três continuaram suas carreiras acadêmicas voltadas para a mesma temática⁸. Isso significa um percentual de menos de vinte por cento (15% na verdade), o que nos dá bem a medida da “precariedade” de que nos falava Laraia. Um dos sinais mais claros do estatuto da produção nesta área é a ausência da mesma, com feição própria, nos fóruns mais importantes do debate acadêmico no país. Neste sentido, vemos que nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS – não se constituiu até hoje um grupo de trabalho dedicado à pesca, como ocorre com a agricultura, embora a temática conste das pautas de discussão em outros fóruns nas próprias reuniões a que me refiro, ou enseje outros específicos dedicados a ela, como: I Seminário sobre Pesca Artesanal (Belém, IDESP, 1984); Fórum de Discussão sobre Universo Social da Mulher, Pesca e sua Relação com a Ecologia (Natal, UNIFEN/IDEC, 1989); Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil (Belém, Museu Goeldi, 1990).

Especulando sobre a indicação de Diegues (1989, *apud* Maneschy 1993), a respeito do caráter que assumiram os estudos sobre as comunidades pesqueiras brasileiras nas nossas ciências sociais – no sentido de ver, de um lado, a situação dessas populações no conjunto maior da sociedade nacional,

⁷ Tratando-se de um estudo desenvolvido fora do Brasil, ainda que por pesquisador brasileiro, não consta, por isso, da análise feita aqui.

⁸ Um dos antropólogos que continuou desenvolvendo seus estudos em área tradicional de pesca na Amazônia, já desde o mestrado pesquisava questões referentes à pajelança cabocla e ao catolicismo (Maués 1977, 1987, 1990, 1995). Entre os sociólogos, uma pesquisadora permaneceu com o tema (Maneschy 1993, 1995).

e de perceber, juntamente com isso, as repercussões do desenvolvimento das formas capitalistas na sua vida e no próprio setor pesqueiro –, fico tentada a pensar que, para os antropólogos, essa “modernização” que atingiu as (“suas”) “aldeias” de pescadores poderia ter algo a ver com seu “desencantamento” com a temática. De qualquer maneira, em um momento dos anos 70 e 80, antropólogos e outros cientistas sociais investiram seus esforços no entendimento dessas sociedades e configuraram, no que diz respeito à Amazônia, ao Estado do Pará particularmente, e ao chamado Salgado paraense mais especialmente, uma espécie de “campo de estudo” coberto, nesse período, por quase uma dezena de pesquisadores⁹.

No que se refere, entretanto, ao tema deste trabalho, devo dizer que, de todos os estudos identificados e/ou consultados, sempre tendo em vista o período em pauta, apenas um deles tem como tema a situação social das mulheres numa comunidade pesqueira (Motta-Maués 1993)¹⁰.

Mais uma vez cabe indagar o que isso significa. Se falamos dos pescadores como categoria social “invisibilizada”, “esquecida”, “ameaçada”, “subordinada”, todos esses rótulos merecidamente (e lamentavelmente) atribuídos aos também chamados “trabalhadores do mar” nos estudos aqui referidos, embora seja preciso enfatizar a postura contrária dos estudiosos, que dizer quando somos nós a invisibilizar sem sequer nos darmos conta de que o estejamos fazendo? É desse processo que fala Woortmann quando diz:

De uma maneira geral, os estudos de comunidades “pesqueiras” tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem. O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. *Relega-se, assim, ao silêncio*, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade. Isto significa que se ignora uma parte importante das atividades econômicas daquelas comunidades, isto é, a agricultura e a coleta. Ignora-se também os agentes sociais dessas atividades – a *metade feminina* das comunidades. E significa também que se deixa de lado uma parte do ambiente sobre o qual atuam esses grupos. Privilegiando o mar, desconhece-se a terra (Woortmann 1992: 31, grifos meus).

A crítica, até certo ponto, plausível e pertinente, de Woortmann, coloca em pauta e oportuniza duas referências: uma, a questão do próprio estatuto da reclamada visibilidade feminina na pesquisa antropológica; outra, a esta

⁹ Nos anos 70, além disso, órgãos oficiais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) produziram estudos e documentos de análise e planejamento dedicados à questão da pesca na região (cf. Motta-Maués 1984).

¹⁰ O outro estudo, também uma tese de mestrado, que tem as mulheres como tema, foi escrito no início dos anos 90, mas sua discussão será referida e utilizada neste trabalho (Alencar 1991).

imbricada, releva da construção social (ideológica) do estatuto das sociedades que, por sua vez, constroem sua identidade a partir da atividade da pesca. A próxima parte deste trabalho discute brevemente estas questões, tomando como parâmetro alguns pontos do debate sobre mulher e gênero na Antropologia brasileira, forjando algo como um diálogo entre o discurso teórico – da construção de categorias de análise – pautado pelo acento político (do feminismo) e o discurso etnográfico que os dados empíricos informam, conforme nossas leituras sobre as comunidades pesqueiras.

Interpretações e (in)visibilidades: sobre pesca, pescadores, mulheres e Antropologia

Começo com uma pergunta para a qual espero conseguir uma resposta aceitável. Considerando que a Antropologia moderna construiu sua identidade sustentada no elogio da diferença e da diversidade (des)hierarquizadas, na identificação – quase denúncia – do preconceito e da discriminação, como pensar essa questão da “invisibilização” feminina no contexto das etnografias sobre as comunidades pesqueiras, como se viu ser posto pelas críticas aqui referidas?

Poderia responder simplesmente que todos os que escreveram sobre comunidades pesqueiras apenas replicaram o discurso público (Woortmann 1992, Alencar 1993) que ouviram nessas comunidades. Pode ser, mas dizer isso ajuda a perceber somente um ângulo importante, mas não o único, da questão. O que desejo sugerir neste trabalho é que, além disso e junto com isso – para não dizer que em decorrência –, temos que considerar as imbricações necessárias, realmente existentes, entre o discurso etnográfico e a emergência e trajetória das questões no debate acadêmico, considerando, mais ainda, as condições históricas em que são produzidos o curso das questões e sua própria emergência. Isso significa, no caso em pauta, recuperar uma memória que constitui parte da trajetória particular da Antropologia brasileira, sem, obviamente, pensá-la isoladamente, quer do debate acadêmico, quer do debate (e dos embates) políticos que, no tocante à questão da mulher, ocorriam no cenário internacional. No plano mais específico, é bom dizer também que os antropólogos não estão imunes, como qualquer ator social, às ideologias e crenças de seu próprio sistema, embora tenhamos que reconhecer o “dever de ofício” de desvelar (e revelar), por exemplo, os conteúdos enviesados das percepções e das atribuições de papéis, de lugares. Ou seja, não temos desculpas.

Voltando à trajetória referida acima vemos que, no início da década de 90, na apresentação de conhecida e referencial publicação brasileira

intitulada justamente *Uma Questão de Gênero*, suas organizadoras diziam do estado da arte nesse campo:

(...) as batalhas de legitimação acadêmica foram travadas e vencidas na década de 70, quando o tema emergiu da invisibilidade sob o impacto da mobilização feminista.

Na década de 80, a visibilidade do tema é nítida e a vitalidade da produção acadêmica sobre mulher é invejável (Costa e Bruschini 1992: 8).

Na introdução feita para a mesma publicação ¹¹, Machado, antropóloga que também assina um dos artigos que a compõe, faz uma observação importante, para o cruzamento que desejo fazer (considerando especificamente a Antropologia), da produção acadêmica sobre mulher e gênero, de modo geral e nas comunidades pesqueiras em particular, com referência especial ao tema da “invisibilização”. Diz Machado:

No Brasil, a *segunda metade dos anos 70* marcou intensamente o impulso dos movimentos feministas e de mulheres e a *abertura da academia* a essa questão *se inicia a partir daí*. Enquanto *no final da década de 80*, há um refluxo de visibilidade do movimento, *intensificam-se os estudos na academia* (Machado 1992: 9, grifos meus).

Passados mais de vinte anos da primeira data referida nas citações – década de 70 –, no texto que inicia o exaustivo levantamento reunido em *Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira – Bibliografia Comentada*, que se refere ao período de 1960 a 1994, os pesquisadores que o elaboraram dizem duas coisas instigantes para nosso contraponto – e para ver o estatuto do tema no espaço particular que nos interessa aqui. Dizem eles: “O levantamento da bibliografia sobre gênero (mulher rural) e meio ambiente na Amazônia, teve seu resultado final condicionado pelo fenômeno da ‘invisibilização feminina’” (Woortmann *et al.* 1994: ii). E atribuem a essa “distorção” o “(...) reduzido número de trabalhos específicos sobre mulher (...)”, para concluir, em seguida, que, “a *mulher rural praticamente não existe na literatura*, ainda mais se for considerado a mulher rural na Amazônia Brasileira” (Woortmann *et al.* 1994: ii).

Se juntarmos as três referências acima, vemos que ocorre uma total discrepância entre a última delas e as duas primeiras. Enquanto Costa e Bruschini, de um lado, e Machado, de outro, enfatizam os anos 70 e 80 como

¹¹ Trata-se de uma coletânea e artigos referentes e pontuais sobre a temática gênero, originalmente apresentados no seminário “Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas”, organizado pela Fundação Carlos Chagas, importante instituição de estudos e pesquisa na área das Ciências Humanas, que tem desenvolvido e apoiado a pesquisa sobre mulher no Brasil.

aqueles da visibilização política e da vitalidade ou intensificação da produção acadêmica, destacando, todas, as imbricações entre academia e feminismo, Woortmann *et al.*, debruçando-se sobre outros dados, enfatizam exatamente o contrário: invisibilização, num caso, ausência de produção, no outro.

Retomando o que disse antes sobre as imbricações, penso que essa “distorção”, se queremos (podemos) assim chamá-la – ou o fenômeno da “invisibilização feminina” –, faz mais sentido se, além de vê-la como resultado do olhar enviesado dos pesquisadores, for pensada dentro do contexto mais amplo do desenvolvimento dos estudos sobre mulher e gênero no Brasil.

Estes estudos são marcados inicialmente (nos anos 70), por dois dados que lhe imprimem a feição e a tônica: a relação com o feminismo (Corrêa 1984, Machado 1992) e a quase predominante referência urbana, podendo ser inclusive apresentados como incluídos na rubrica da assim chamada Antropologia urbana (Amaral 1994).

Nesse sentido, em uma das revisões e análises pontuais sobre a produção acadêmica nessa área, lê-se:

A proposta das feministas e pesquisadoras interessadas no questionamento e no levantamento da questão da mulher, sumarizada na expressão “tornar visível o invisível” fortaleceu-se também com as novas abordagens principalmente da pesquisa histórica, no estudo das categorias subordinadas das sociedades ocidentais, particularmente dos integrantes das classes trabalhadoras, mas também daquelas (...) consideradas parte de categorias residuais (...): negros, favelados, homossexuais, crianças, velhos, etc. (Corrêa 1984: 28).

Se nos anos 70 a ênfase era colocada na valorização do tema mulher, e os estudos “concentraram seus esforços no resgate da presença feminina na história e na vida social (...), incorriam (eles) em simplificações que a colocavam (a mulher) em posições extremas de heroína e (ou) de vítima” (Amaral 1994: 1).

Segundo Heilborn, que discute a questão em artigo com o sugestivo título de “Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil”:

Do sexo passou-se ao gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter como imbricada a um sistema relacional, ou de que, se mantém algum vínculo com a base anatômica, sua principal utilidade está em apontar e explorar a dimensão social que, em última análise, é o que importa quando se faz Antropologia” (Heilborn 1992: 94).

As observações de Heilborn sinalizam uma discussão que, de algum modo, tem estado em pauta, qual seja, a da efetiva utilização da perspectiva

relacional que a adoção da categoria de gênero exige nas análises, ou da continuação da ênfase sobre a mulher nas mesmas. E, nesse caso, usando ao contrário a expressão de Woortmann (1992), deixando de lado a *metade masculina* dos grupos estudados. Certamente, como sempre, apesar da observação valer para um espectro mais amplo, há que se estar atento para, às vezes, “descobrir” nas ditas análises preferencialmente femininas (feministas), também a presença masculina – tal como posta, mesmo, no contraste que ilumina a outra. Com isso quero dizer que a ênfase pode estar também no olhar ou na perspectiva de quem olha. O que pode ser observado, também, como mostrarei aqui, no caso da crítica ao estrabismo dos que estudaram comunidades pesqueiras e não “viram” as mulheres.

Recapitulando, teríamos, nessa trajetória, telegraficamente referida, a ênfase mais ou menos seqüencial, 1) na análise dos papéis sexuais, 2) nos estudos de mulher e 3) na “superação” destes pela perspectiva relacional dos estudos de gênero. Numa perspectiva temporal a correspondência seria: antes e até meados dos anos 70, com papéis sexuais; para o final desta década até meados da de 80, com mulher; e mais para o final dos 80, “especialmente a partir de 1987”, segundo Machado (1992: 36), com gênero.

O breve perfil sinalizado permite estabelecer uma conexão próxima com o “estado das artes” no caso dos estudos em comunidades pesqueiras, em que, tal como no caso da construção/utilização de paradigmas de análise, temos nos anos 70 a “precariedade” dos estudos tanto sobre pesca como sobre mulher. Sobre isso, se me permitem usar aqui minha própria informação, devo dizer que, na revisão bibliográfica exaustiva que, como todo mundo, tive que fazer para meu projeto de pesquisa e minha dissertação de mestrado, não achei nenhuma referência a trabalhos antropológicos sobre o tema da mulher, no Brasil, seja em comunidades pesqueiras ou não; todas as minhas referências, neste ponto, são de estudos feitos fora do Brasil, sendo a maior parte composta de artigos em revistas especializadas ou coletâneas (Motta-Maués 1977).

Nos anos 80, se a produção acadêmica continuou a ênfase do final dos 70, e a visibilização da mulher já se colocava através do binômio feminismo/ / academia, na praia das pescas e pescadores o panorama não mudara; prova disso é que no momento em que escrevo este trabalho (1998), sob a rubrica pesca, no catálogo de dissertações e teses da Associação Brasileira de Antropologia, temos apenas uma dissertação registrada cujo tema é a mulher em uma comunidade pesqueira (Alencar 1991). Neste sentido, apesar das possíveis distorções que, sabemos, ocorrem sempre na atribuição de rótulos classificatórios desse tipo, fica a dúvida de uma “distorção” tão grande ¹².

¹² Minha dissertação, que é também um estudo sobre mulheres (Motta-Maués 1977), está registrada, no catálogo já referido, sob a rubrica “trabalho”.

Se este é o panorama, como fica a questão da “cobrança” e das críticas que refiro desde a proposta deste trabalho? Deixo em suspenso a pergunta que retomarei para fechar o texto.

Mulheres, pesca e discurso etnográfico

Na introdução de seu livro *O saber Local (Local Knowledge, no original)*, discutindo a (im)possibilidade de proposições “de uma ‘teoria geral’ a respeito de qualquer coisa social”, Clifford Geertz diz:

Mesmo nos seus ímpetus mais universalistas – evolucionista, difusionista ou sociobiológica – a antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que *aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo, remexendo na maquinaria de idéias passadas, as formas do saber são sempre inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros* (Geertz 1998: 11, grifos meus).

Não sei, pelo menos no momento, de algo que indique melhor o tom e os rumos que quero dar às minhas observações finais neste trabalho, do que este trecho lapidar de Geertz. Tomo-o de empréstimo para pensar os dois lados da questão que tento discutir ao longo dele: em primeiro lugar, o da “tradução” (segundo Geertz, no mesmo texto) da presença feminina nas comunidades pesqueiras, constante das etnografias construídas entre os anos 70 e 80; em segundo, o da crítica à “invisibilização” dessa presença dirigida, já nos anos 90, a essas mesmas etnografias, com as ressalvas feitas às sempre existentes (e, no caso, raras) exceções (Woortmann 1992). Começo falando da crítica, para chegar às etnografias e terminar com minhas idéias sobre o problema. Usarei, no primeiro caso, três artigos pontuais, aliás as únicas referências encontradas sobre isso (Woortmann 1992, Alencar 1993, Maneschy 1995). No segundo, para “representar” o período focalizado tomarei os estudos de Peirano (1975), Motta-Maués (1993), Furtado (1980) e Diegues (1983). Além desses, utilizo também os estudos de Maldonado (1994) e Maneschy (1995), uma vez que, além de outras coisas, ambas desenvolveram seus trabalhos de campo durante os anos 80.

Em artigo onde analisa “a relação entre o espaço, a construção do gênero e a condição feminina, em comunidades que se identificam como ‘pesqueiras’”, Woortmann afirma:

Não raro, o discurso do pesquisador repete o discurso público do grupo estudado, cuja identidade se constrói sobre uma atividade – a pesca – concebida como masculina, e deixa de lado o discurso privado (...), e, nesse caso, (...) relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as

atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo (Woortmann 1992: 42)¹³.

Na sua análise, produzida a partir da consideração das transformações ecológico-sociais que atingiram as terras e o mar de várias comunidades pesqueiras do litoral do Rio Grande do Norte – que atingem assim mulheres e homens nos seus espaços privilegiados ou na sua reprodução social –, Woortmann recupera, das memórias e das falas, a “construção do tempo (que) é também a construção do gênero”, de cada gênero com seus espaços específicos. E que a mudança, traduzida na expropriação das terras, na alteração dos mangues e na modificação da relação com o mar, alterou profundamente.

Para essa antropóloga a ênfase na separação entre os gêneros opera com uma classificação mais geral que opõe mar e terra, homem e mulher, a qual “é também a classificação que melhor convém à identidade geral da comunidade e ao discurso público, em que essa identidade se funde com a masculina” (Woortmann 1992: 42).

Se se colocar a ênfase, porém, continua Woortmann, “na variedade das atividades, na cooperação entre homens e mulheres e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza” (Woortmann 1992: 42). E o pesquisador, em vez de absorver e “acreditar” no discurso feito “para o estranho”, que ele é também, pode ser capaz de chegar – sem se tornar nativo, certamente – ao discurso privado, ao diálogo interno da comunidade.

Essa, brevemente traduzida, a crítica pontual feita aos estudos sobre comunidades pesqueiras (note-se que Woortmann se refere a elas sempre aspeando o termo pesqueiras), colocada também pelos outros dois trabalhos que tratam – um deles especificamente (Alencar 1993) – da questão do gênero em relação àquelas comunidades.

Para Alencar, o uso e a recorrência “de um modelo bipolar de divisão sexual do trabalho e dos espaços” nos trabalhos feitos nas comunidades pesqueiras, tem presidido a sua leitura e “tem reificado a ‘invisibilidade’ do trabalho da mulher na pesca” (Alencar 1993: 68).

Para a autora, uma questão-chave é a generalização desse modelo bipolar, o que “implica muitas vezes, na percepção aparente de uma dada realidade”, a qual “é informada por um viés acrítico do pesquisador, que procura adaptar o modelo à realidade” (Alencar 1993: 68). Caindo nas armadilhas de seu próprio modelo, no campo específico das relações de gênero e da observação do papel da mulher, isto significa a interferência de

¹³ Dos estudos em comunidades pesqueiras Woortmann exime dessa crítica como “notáveis exceções” apenas quatro: Peirano (1975), Maués (1977), Carneiro (1979) e Beck (1981), dizendo que “cada um à sua maneira ‘descobre’ a existência de mulheres nas comunidades ‘pesqueiras’, encobertas pela identidade coletiva/masculina” (Woortmann 1992: 42).

“noções preconcebidas, de senso comum”, que servem como filtro para a análise e são “fortemente marcadas por um viés que está relacionado à ótica dominante, masculina e ocidental, também presente nos discursos públicos das comunidades” (Alencar 1993: 68).

Se o pesquisador, porém, for além da “percepção aparente” e desse “discurso para o externo”, é possível chegar ao “outro modelo que surge da prática ou da ‘praxis’ cotidiana”, que contradita aquele outro “modelo ideal” (falso?), e que é, portanto o *real, verdadeiro* – e, neste, a mulher pesca (Alencar 1993: 70).

Alencar afirma que a “participação da mulher em atividades de pesca é um fato etnográfico que precisa ser observado e interpretado, tomando o universo de trabalho na pesca como um todo” (Alencar 1993: 67). Para isso é preciso “que se repense o conceito de ‘pesca’” e, nesse sentido, “talvez o entendimento da categoria ‘pescador’ seja um primeiro passo para o entendimento do que é a ‘pesca’” (Alencar 1993: 71), e “distinguir o conceito de pesca para os grupos pesquisados (...), do conceito do pesquisador” (Alencar 1993: 73).

Um dado a mais que quero assinalar nas observações comentadas é a referência à autodefinição das mulheres que realizam o que a autora chama (entre aspas) de “pesca feminina”. Sobre isso, Alencar diz:

No Nordeste do Brasil (...), *as mulheres que realizam atividades de coleta de sargaço, caranguejos, etc. (...), as mulheres “marisqueiras” que realizam a pesca do camarão na lagoa (...), e as mulheres que fazem a “pequena pesca” todas se autodefinem como “pescadeiras”*. Elas tiram documentos que comprovam sua profissão, para adquirir *carteiras de pescadeiras* ou para aposentadoria (Alencar 1993: 74, grifos meus).

Desse modo, essa “atividade feminina no mar”, de mulheres “que se auto-denominam como ‘pescadeiras’, revela uma ‘pesca feminina’” (Alencar 1993: 75).

Algumas coisas precisam ser ditas de tudo isso que mostrei aqui. Começo com a questão que deixei em aberto, sobre a ausência de estudos que tenham como tema a mulher (muito mais sobre relações de gênero) – lembro que os estudos de Motta-Maués (1977), nos anos 70, e de Alencar (1991), no início dos 90, são sobre *mulheres*¹⁴ – e as cobranças (de visibilização) e críticas (do seu contrário). Sem querer colocar palavras na boca (no texto) de quem não as disse, penso que se, de acordo com as críticas feitas, as etnografias sobre comunidades pesqueiras teriam simplesmente repetido o discurso público (masculino, mesmo que assumido também pela

¹⁴ Embora, como autora, possa dizer que considerei na pesquisa e na análise as mulheres e os homens e as relações entre eles informadas pelas concepções que sua sociedade construía sobre elas (Motta-Maués 1977).

“metade feminina”), configurando-se em leituras enviesadas e até ingênuas, por outro lado, pode-se dizer que estão também fazendo a “tradução” ética do que viram localmente. Que é o que, afinal, se espera de uma boa etnografia.

Assim faz Peirano (1975), em seu estudo sobre hábitos alimentares da comunidade de pescadores de Icarai, no Estado do Ceará, quando mostra a complementaridade entre atividades do homem/da mulher – o primeiro cuidando da “manutenção da família”, a segunda, “da casa e dos filhos” – e a divisão dos espaços sustentada pelos interditos simbolicamente construídos, os quais, se impedem as mulheres do contato com o mar (a praia mesmo) e lhes proíbem a ingestão (como “reimosos”) de tantos peixes, também mobilizam intensamente os homens para “localizar as diferentes espécies que são de seu agrado” e atender assim a seus “abusos” e “desejos”.

No caso da “pesca feminina”, como se fala e identifica hoje, também Peirano e outros nos dão elementos “bons para pensar”. Entretanto, até aos anos 80, todos dizem que a pesca é uma atividade eminentemente ou até exclusivamente masculina, com maior ou menor ênfase conforme o dado local.

Motta-Maués é a referência mais enfática quando diz, falando de Itapuá:

A pesca é uma atividade essencialmente masculina, dela não podendo participar, em hipótese nenhuma, as mulheres. Essa ausência de participação não se verifica apenas no que diz respeito à atividade em si, isto é, à captura do peixe, mas a todas as tarefas que estão de alguma forma ligadas àquela, como o manuseio dos apetrechos de pesca e até mesmo o trato do peixe quando chega do mar e deve ser repartido (...). Em Itapuá, tudo que de alguma forma esteja ligado à atividade pesqueira em si é vedado à mulher (Motta-Maués 1993: 82-83).

Furtado, por sua vez, referindo-se à pesca no Salgado paraense (Marudá), diz:

A atividade pesqueira que sustenta a economia local, é *convencionada localmente*, como uma atividade eminentemente da esfera masculina. A mulher quando muito ajuda o marido ou o *companheiro* numa tecelagem de rede, na salga de peixe ou dedica-se mais aos trabalhos domésticos e aos da roça (Furtado 1980: 151, grifos meus).

A mesma autora, referindo-se agora aos pescadores do rio Amazonas, diz sobre os “*habitats* aquáticos” onde o pescador trabalha:

Do ponto de vista de seu uso, diríamos que é, em seu conjunto (rios, lagos, igarapés, paranás) um espaço eminentemente masculino enquanto meio de produção pesqueira. Excepcionalmente a mulher faz uso dele nesse sentido, pois é ao homem que cabem as atividades da pescaria (Furtado 1993: 257).

Falando do litoral norte de São Paulo, Diegues nos mostra que: “A pesca era uma atividade eminentemente masculina¹⁵, ainda que em alguns lugares a mulher participasse na puxada da rede” (Diegues 1983: 181).

Esse autor acrescenta em uma nota que: “A mulher, em quase todas as sociedades de pescadores, não participa da atividade pesqueira de alto-mar, ainda que possa complementar a dieta familiar, catando moluscos na praia” (Diegues 1983: 181, nota 9).

Entretanto, fala-se também, como Peirano e Maldonado, da atividade da mulher na coleta de mariscos e outros animais, tal como se coloca no contexto maior das classificações sociais do grupo.

Em Icaraiá, litoral do Ceará, na região nordeste do Brasil, as mulheres que coletam “povos, camarões e pequenos peixes que vivem nas pedras próximas aos currais” (Peirano 1975: 3), tanto quanto as que coletam sargaço e caranguejo, ou “realizam a pesca do camarão na lagoa”, no litoral do Maranhão (Alencar 1993), ou as que, muito eventualmente, em Itapuá, no litoral do Pará, pegavam caranguejo no “mangal” (Motta-Maués 1993) –, todas essas mulheres *pescam* (coletam), no sentido ampliado de pesca, proposto nas análises recentes, o que Mariza Peirano chamou de “*não-peixes*”¹⁶. Neste sentido, para o “saber local”, *não pescam*; e, por isso mesmo, não se autodefinem, como diz Alencar (1993) – “não se reconhecem”, como afirma Maneschy (1995) –, como *pescadoras* (sem aspas e sem ambigüidades), mas sim como “*pescadeiras*”. Com todas as conotações que este sufixo, “-eira”, tem em nossa língua: lembro aqui as conotações de outros termos como “namoradeira”, “parideira”, “faladeira”, todos só usados assim, no feminino; e, em Itapuá – como, de modo geral, no interior do Pará –, “trabalhadeira” (a mulher que trabalha nas roças de mandioca) que, em oposição a trabalhadora, tem um estatuto diferente, não formal, não de classe trabalhadora, que, só neste caso, ela partilharia com o homem. E isso não é, de fato, ouvir só o discurso *para estranhos*, mas, ao contrário, ouvir (pensar) o que podem nos dizer as categorias nativas sobre as pessoas, suas relações, seu mundo social.

Se o que as mulheres pescadeiras pescam é “*não-peixe*”, “bichos do mar” coletados (não se diz pescados), no que é às vezes chamado “pequena pesca”, nas pedras, nas lagoas, no “mar de dentro”, portanto, todas coisas não concebidas localmente, isto é, no nordeste brasileiro, no salgado paraense, no sudeste e no sul do Brasil – segundo as próprias referências dos trabalhos que discutem a questão da “pesca feminina” (Alencar 1993, Woort-

¹⁵ Chamo atenção para o uso repetido dos termos “essencialmente” e “eminentemente”, pela força semântica que informa o seu emprego no contexto em que está sendo usado.

¹⁶ Essa autora diz que em Icaraiá “Os peixes são divididos entre aqueles que têm guelra – ‘peixes’ – e os desprovidos de guelra, descritos como não-peixes e freqüentemente referidos como ‘bichos do mar’ (...)”, e cita como exemplo desta categoria de *não-peixes*, “polvo e mariscos” (Peirano 1975: 18).

mann 1992, Maneschy 1995) –, não concebidas, por homens e mulheres (como também dizem as autoras), como *pesca*, podemos dizer que sua denominação (de “pescadeiras”) corresponde a sua classificação.

Em termos de uma análise de sistemas simbólicos, elas *não pescam e são* – localmente – seres que não se apresentam conforme sua própria classe (Douglas 1976). Daí serem “pescadeiras” e “perigosas”, como estão denominadas em Alencar (1991).

Isso não significa que, numa análise e num discurso éticos – em contraposição ao êmico –, não possamos considerá-las ou constatar, numa definição ampliada da pesca – tal como é construída hoje pelos que estudam o problema –, que também elas pescam e, desse modo, são mesmo *pescadoras*.

Ainda uma observação sobre essa possível identidade – talvez fosse melhor falar em identificação – das mulheres como pescadoras. E aí recorro, mais uma vez, à arguta análise de Woortmann (1992), quando nos diz sobre comunidades pesqueiras e a posição dos gêneros:

A classificação do espaço, opondo o mar à terra, é central para a identidade do grupo como um todo, e corresponde à oposição homem/mulher. Ela não é uma oposição simétrica, mas hierárquica, pois implica relacionar a parte com o todo. Mais que uma oposição lógica, é uma oposição ideológica (...). A atividade do homem-pescador é completa porque ele “é” a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo (...). Se a complementaridade era (no passado dos grupos estudados) equilibrada, era também hierárquica, e era, e ainda é, a atividade do homem (que é o pescador) que fazia a especificidade desses grupos (Woortmann 1992: 58).

Tudo isso implica na dificuldade de explicitação “nativa” de uma identidade feminina de pescadora. Além do mais, dessa identidade faz parte uma precoce e permanente socialização para o trabalho no mar, o que garante a acumulação de um saber visto como intrínseco ao “pescador mesmo”, incorporado, nessa “longa socialização em contato com os ambientes aquáticos, sem que se soubesse muito bem como, e que hoje fazem parte de seu comportamento” (Leitão 1997: 141). Ao falar desse processo e de seu tempo de construção Diegues nos introduz na “profundez” desse saber e na exigência do aprendizado que o cerca:

Podemos dizer que, no caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato (...). O centro desses conhecimentos não se situa no fazer enquanto tal, mas sobretudo no conhecer. O saber-fazer diz respeito à realização de determinados atos, como saber dar o nó, soltar a poita, dar partida no motor. Por aí é que começa o aprendizado do jovem pescador. Tornar-se um pescador profissional,

entretanto, significa ser portador do conhecer que implica no quando, onde e porque fazer. Esse conhecer é constituído por um conjunto de idéias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos de diferentes peixes, etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas à captura (Diegues 1983: 198-199).

No caso da mulher, mesmo não considerando as proibições e prescrições (que ciclicamente a afastariam do mar, da água), nas comunidades referidas nos estudos consultados, a sua socialização se dá para um saber ligado à terra – a casa, o roçado –, pedagogicamente inculcando e reproduzindo, assim, a oposição lógica e ideológica indicada por Woortmann (1992, 1994).

Se, como aprendemos com a Antropologia, a identidade se constrói pelo contraste e é um processo político historicamente marcado, a percepção – pelos pesquisadores – e utilização – pelas comunidades pesqueiras – daquela identidade (de pescadora) nos embates políticos, como nos movimentos nacional e internacional de pescadores, não implica, necessariamente, na atualização da mesma pelos atores sociais enquanto produtores e reprodutores de um saber local (mas não tanto, como se viu). Fazendo uma analogia com a situação do negro no Brasil, diria que, neste caso, para a construção dessa identidade (étnica/racial), temos sempre algo concreto – a cor, os traços – que permite que o processo se complete: a auto-identificação e a identificação pelos outros. E, mesmo assim, a primeira pode, surpreendentemente, não ocorrer, como já mostrei (Motta-Maués 1997). No caso das mulheres em comunidades pesqueiras parece que não temos nem uma coisa, nem outra. Nem o dado concreto identificatório, nem o processo completo (interno ao grupo), de identificação. Daí o título, meio interrogativo, deste trabalho.

Que dizer diante disso? Penso que a crítica à invisibilização das mulheres e ao uso do modelo bipolar de divisão sexual do trabalho, centrada na questão da construção social de gênero e informada pelo debate político-acadêmico feminista e pós-feminista (Rosaldo 1980, Machado 1992, Ortner 1996), pode ser colocada numa concepção ampliada que considere a construção (e produção) do conhecimento antropológico (sociológico) nesse campo mais específico da questão da mulher e de gênero. Aqui vista num *locus* mais específico ainda. E, neste sentido, devemos partir sempre dos dados etnográficos localizados, explorando-os não como “colecionadores de borboletas”, na conhecida imagem cunhada por Leach, ou para construir com eles novos modelos universalizantes, mas para tentar explicar fenômenos sociais “colocando-os em estruturas locais de saber”.

Para terminar estas reflexões provisórias, digo que ainda estamos vivendo uma espécie de tensão constitutiva do próprio debate¹⁷, entre invisibilização/visibilização no que concerne à questão da mulher e/ou de gênero a qual, no limite, poderia ser pensada como uma oposição entre invisibilização/ideologização. Isso significa que, tal como ocorreu com a ênfase na sujeição (das mulheres) *versus* dominação (dos homens), no contexto do feminismo dos anos 70, vivemos agora sob o prisma de outra ênfase, na identificação e valorização de uma correspondência complementar entre mulheres e homens. Como esse também é um processo histórico de que participamos e que, ao mesmo tempo, interpretamos (pelo menos tentamos), sociologicamente, resta-nos, talvez, somente participar dele na forma que nos é possível fazê-lo. É o que aceitei/tentei fazer, com os riscos da viagem de Itapuíá até Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Edna F., 1991, *Pescadeiras, Companheiras e Perigosas. Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis, Brasília*, UnB (dissertação de mestrado).
- , 1993, “Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras”, FURTADO, L. G., W. LEITÃO, e A. F. de MELLO (eds.), *Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia*, Belém, MCT/CNPq/Museu Goeldi, 63-81.
- AMARAL, Telma, 1994, *Antropologia, Mulher e Gênero: alguns Olhares, um Olhar. Uma revisão de Trabalhos sobre Mulher e Gênero*, Belém, UFFa (monografia de curso de especialização – Antropologia).
- BECK, A., 1981, “Roça, Pesca e Renda: Trabalho Feminino e Reprodução Familiar”, *Boletim de Ciências Sociais*, 23, 21-32.
- BONIN, Anamaria A., 1984, *A Pesca e seus Trajetos: um Estudo dos Pescadores Artesanais do Canto da Praia de Itapema, SC*, São Paulo, PUC (tese de doutorado).
- BRITTO, Rosyan C. Caldas, 1989, *Modernidade e Tradição: Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo*, Rio de Janeiro, UFRJ (dissertação de mestrado).
- BRUSCHINI, Cristina, 1990, *Mulher, Casa e Família*, São Paulo, Vértice/Fundação Carlos Chagas.
- BRUSCHINI, M. C., e F. ROSEMBERG (eds.), 1982, *Trabalhadoras do Brasil*, São Paulo, Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.
- CARNEIRO, Simone Dantas, 1979, *Terra Liberta*, Brasília, UnB (dissertação de mestrado).
- CARVALHO, Marília, 1983, *Malhas da Pobreza: Exploração do Trabalho de Pescadores Artesanais da Baía de Paranaguá*, Curitiba, Estante Parantista.
- CÓRDOVA, Raquel V. da, 1986, *Ficar em Terra. O Processo de Migração de Profissionais da Pesca*, Florianópolis, UFSC (dissertação de mestrado).
- CORRÊA, Marisa, 1984, “Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente”, *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 18, 27-44.
- COSTA, Albertina O., e Cristina BRUSCHINI (eds.), 1989, *Rebelião e Submissão. Estudos sobre Condição Feminina*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- , 1992, *Uma Questão de Gênero*, São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- DIEGUES, Antônio Carlos S., 1983, *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, São Paulo, Ática.
- DOUGLAS, Mary, 1976, *Pureza e Perigo*, São Paulo, Perspectiva.
- DUARTE, Luiz Fernando D., 1978, *As Redes do Suor: a Reprodução Social dos Trabalhadores da Produção do Pescado em Jurujuba*, Rio de Janeiro, UFRJ (dissertação de mestrado).

¹⁷ Que, aliás, já ganha outras praias e se estende para, mais pontualmente, incluir a questão do homem. Indício significativo disso é, certamente, o fato de o tema do concurso anual de bolsas para pesquisa da Fundação Carlos Chagas para 1999 ser “Homens, Masculinidades”. Sinal dos tempos, me parece.

- FIRTH, Raymond, 1966 [1946], *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- FRANCHETTO, Bruna, Maria Laura CAVALCANTI, e Maria Luiza HEILBORN, 1981, *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Zahar.
- FURTADO, Lourdes G., 1980, *Currulistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*, São Paulo, USP (dissertação de mestrado).
- , 1993, *Pescadores do Rio Amazonas*, Belém, Museu Goeldi.
- GEERTZ, Clifford, 1998, *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*, Petrópolis, Vozes.
- HEILBORN, Maria Luiza, 1992, “Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil”, COSTA, A. O., e C. BRUSCHINI (eds.), *Uma Questão de Gênero*, São Paulo, Rosa dos Tempos, 93-126.
- LAGO, Mara C. de S., 1983, *Memória de uma Comunidade que se Transforma*, Florianópolis, UFSC (dissertação de mestrado).
- LARAIA, Rocque, 1994, “Apresentação”, MALDONADO, Simone C., 1994, *Mestre & Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*, S. Paulo, Annablume.
- LEITÃO, Wilma M., 1997, *O Pescador Mesmo. Um Estudo sobre o Pescador e as Políticas de Desenvolvimento da Pesca no Brasil*, Belém, UFFa (dissertação de mestrado).
- LOUREIRO, Violeta R., 1985, *Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia*, Belém, Museu Goeldi/CNPq.
- MACHADO, Lia Z., 1983, “Diálogo sobre a Mulher”, *Anuário Antropológico*, 81, 349-361.
- , 1992, “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade”, COSTA, A. O., e C. BRUSCHINI (eds.), *Uma Questão de Gênero*, São Paulo, Rosa dos Tempos, 24-37.
- MALDONADO, Simone C., 1994, *Mestres & Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*, S. Paulo, Annablume.
- MANESCHY, Maria Cristina, 1993, *Pêcheurs du Littoral de l'État du Pará, Nord du Brésil: systèmes techniques et sociaux d'exploitation des ressources marines*, Toulouse, Université de Toulouse/Le Mirail Institut de Sciences Sociales Raymond Ledrud.
- , 1995 [1988], *Ajuruteua, uma Comunidade Ameaçada*, Belém, UFFa.
- MARANHÃO, Túlio P., 1975, *Homens e Náutica*, Brasília, UnB (dissertação de mestrado).
- MAUÉS, Raymundo Heraldo, 1977, *A Ilha Encantada: Medicina e Xamanismo numa Comunidade de Pescadores*, Brasília, UnB (dissertação de mestrado).
- , 1987, *A Tensão Constitutiva do Catolicismo. Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico*, Rio de Janeiro, MN-UFRJ (tese de doutorado).
- , 1990, *A Ilha Encantada: Medicina e Xamanismo numa Comunidade de Pescadores*, Belém, UFFa.
- , 1995, *Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico*, Belém, CEJUP.
- MELLO, Alex F., 1985, *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação*, Belém, UFFa.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica, 1977, “Trabalhadeiras” & “Camarados”: Um Estudo sobre o Status das Mulheres numa Comunidade de Pescadores, Brasília, UnB (dissertação de mestrado).
- , 1980, “O Dom Xamanístico e a Sujeição Feminina numa Comunidade Amazônica”, *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, I - Antropologia*, 1-14.
- , 1984, *A Literatura Oficial sobre a Pesca no Pará: uma Tentativa de Revisão Crítica*, Anais do I Seminário sobre a Pesca Artesanal no Pará, Belém, IDESP.
- , 1993, “Trabalhadeiras” & “Camarados”: Relações de Gênero, Simbolismo e Ritualização numa Comunidade Amazônica, Belém, UFFa.
- , 1994a, “‘Lugar’ de Mulher: Representações sobre os Sexos e Práticas Médicas em Itapuá-Vigia (Pa)”, MINAYO, M. C., e P. C. ALVES (Eds.), *Saúde e Doença: um Olhar Antropológico*, Rio de Janeiro, Fiocruz.
- , 1994b, “Quando Chega essa Visita”, D’INCAO, M. A., e I. M. da SILVEIRA (eds.), *A Amazônia e a Crise da Modernização*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq.
- , 1997, *Negro sobre Negro. A Questão Racial no Pensamento das Elites Negras Brasileiras*, Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de doutoramento).
- ORTNER, Sherry, 1996, *Making Gender. The Politics and Erotics of Culture*, Boston, Beacon Press.
- PEIRANO, Mariza G., 1975, *A Reima do Peixe: Proibições Alimentares numa Comunidade de Pescadores*, Brasília, UnB (dissertação de mestrado).
- PENNER, Maria Eunice, 1984, *A Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico*, Belém, UFFa.
- PESSANHA, Elina G. da F., 1977, *Os Companheiros: Trabalho na Pesca de Linha*, Rio de Janeiro, UFRJ (dissertação de mestrado).
- ROSALDO, Michelle, 1980, “O Uso e o Abuso da Antropologia: Reflexões sobre o Feminismo e o Entendimento Intercultural”, *Horizontes Antropológicos*, 1, 11-36.

- SILVA, Glaucia O. da, 1988, *Tudo que Tem na Terra Tem no Mar: a Classificação de Seres Vivos e de Trabalhadores da Pesca em Piratininga, RJ*, Rio de Janeiro, MN-UFRJ (dissertação de mestrado).
- TAVARES, Maria da Graça de P., 1975, *Um estudo de Tomada de Decisão na Pesca Artesanal*, Brasília, UnB (dissertação de mestrado).
- WOORTMANN, Ellen F., 1992, "Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades 'Pesqueiras'", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 41-61.
- WOORTMANN, Ellen F., John SYDENSTRICKER-NETO, e Donald R. SAWYER, 1994, *Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. Bibliografia Comentada*, Brasília, UnB/USAID.
- ZARUR, George de C. L., 1984 [1974], *Os pescadores do Golfo*, Rio de Janeiro, Achiamé.

Maria Angelica Motta-Maués

MEN FISHING, WOMEN'S FISH (?):
RETHINKING GENDER IN THE ACADEMIC
LITERATURE ON FISHING COMMUNITIES
IN BRAZIL

This article considers a representative portion of the academic production (thesis, books, articles) done mostly in the 1970s and 1980s – the period which saw the growth, development and changes in the direction of studies on gender and women – which are the result of fieldwork in fishing communities in Brazil, especially in the Amazon, an area historically marked by this activity. Keeping in mind the existing dialogue during the time studied which signalled different perceptions and interpretations of the questions of the social roles of genders seen through those of fishing, it is also possible to "read" the trajectory of the very debate on gender that only a dominion as emphatically seen as male as is fishing, could proportion.

Departamento de Antropologia
da Universidade Federal do Pará (Brasil)
mantropa@libnet.com.br

